

PROBLEMAS DO BRASIL

Gen ADALARDO FIALHO.

Transcrito, "data venia", da "Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil", 1º semestre de 1964.

I

PLANO RODOVIÁRIO FEDERAL E SUAS IMPLICAÇÕES ESTRATÉGICAS

O governo deposto publicou, em outubro de 1963, o plano rodoviário que pretendia construir no biênio 64-65 (Ver esquema n. 1). Este plano, estudado à luz de considerações de ordem militar, suscitou-nos as linhas que se seguem, escritas sem espírito de crítica demolidora. Aliás, tudo que vamos apresentar é com a mesma liberdade de crítica, por assim dizer, de um Walter Lippmann, ou de um Drew Pearson, que abordam os mais importantes assuntos estratégicos da América do Norte sem que o Pentágono os impeça. Isso porque o que importa é a opinião dêle, Pentágono (no nosso caso do EMFA) e não de um rabiscador qualquer A ou B. Examinando-se o plano do esquema n. 1, notamos logo três falhas: o seu caráter litorâneo, a falta de interiorização das estradas na região norte-nordeste e o agravamento, sob o ponto de vista estratégico, do estrangulamento de Salvador, na Bahia, que se está tornando o "punctum dolens" do esquema defensivo do país. Quando se faz um plano rodoviário nacional, claro está que se deve levar em consideração as questões de ordem econômica, mas as de ordem estratégica não podem ser descuradas. O ideal é cobrir os dois aspectos. A estrada litorânea que ligará Curitiba a Florianópolis e a Pôrto Alegre nenhum valor estratégico possui. É perfeitamente substituível pelo mar, mas nós estamos abandonando o mar como meio de transporte. Se não tivermos o domínio do mar, no litoral sul, é via impraticável. Mera estrada de turismo. A litorânea Rio—Vitória—Salvador sofre do mesmo mal. É uma duplicação da BR-4, com a agravante de fazer de Salvador o ponto final de mais uma estrada (2 rodovias e 1 ferrovia). Desenvolveremos êste ponto mais adiante. A litorânea Salvador—Recife—Natal—Fortaleza serve pouco, igualmente, para fins estratégicos. Notamos com satisfação a Fortaleza—Salgueiro—Feira de Sant'Ana e a Recife—Salgueiro, que estas, sim, têm valor estratégico. Mas notamos que a Brasília—Fortaleza, de alta expressão estratégica, ficou definitivamente no tinteiro e notamos ainda a falta de longitudinais que se adentrem na região leste e nordeste, como uma

Salvador—Oliveira dos Brejinhos—Taguatinga—Pôrto Nacional e uma Salgueiro—Alto Parnaíba. Não comentaremos as rodovias da região centro-sul porque só vêm acrescer mais vias de comunicações à densa região sul do país. Registramos com agrado a rodovia Vitória—Belo Horizonte—Cuiabá—Pôrto Velho, de alto sentido econômico e estratégico. Passemos agora à questão que mais nos preocupa e que é o estrangulamento de Salvador. Podíamos limitar-nos a considerar esse caso isoladamente, mas êle é melhor focalizado se o enquadrarmos num estudo geral da defesa marítimo-terrestre do Brasil. Para isso,



organizamos o esquema n. 2, onde dividimos o litoral do país em 5 zonas que numeramos de 1 a 5 (aliás, correspondem aos Distritos Navais). Cada uma destas zonas corresponde a um trecho específico do litoral a defender. Não foram escolhidas a êsmo, mas cobrem parcelas do território pátrio de significação econômico-militar perfeitamente distintas. O dispositivo militar, em terra, deve responder às necessidades de defesa de cada uma destas zonas. E as rodovias e ferrovias devem ser construídas de modo a servirem êsse dispositivo militar terrestre. É por isso que, levando em conta as novas rodovias do país e o fato de a mudança da Capital do país para Brasília, organizamos, no esquema n. 2, como sugestão, um dispositivo militar terrestre apenas das reservas de cada setor militar encarregado da defesa de cada zona naval. São as elipses de 1' a 5'. A reserva geral na região Brasília-Goiânia. Devemos capacitar-nos que a mudança da Capital para o planalto central e novos fatos econômicos surgidos ultimamente, no cenário nacional, e também a situação internacional, alteraram profundamente o esquema de defesa do país. Não é tanto com os países do continente, a braços com crises permanentes de caráter político-econômico-social, que nos devemos preocupar, mas com o perigo provindo do ultramar. As nações africanas, que defrontam com o Brasil, estão em permanente estado de ebulição, podendo trazer a Rússia, a qualquer momento, para a frente do nosso país. Zanzibar aí está como prova. Por isso, as considerações sobre a defesa do país que vamos apresentar, primeiro de caráter geral, e depois em detalhe, só levam em conta um ataque, em estilo convencional, provindo de ultramar. Isto pôsto, temos que reconhecer que, sob o ponto de vista da defesa do nosso litoral, as 5 zonas que apontamos se apresentam na seguinte ordem de importância: 3, 2, 4, 5 e 1. Por que a região leste setentrional (Salvador) foi considerada a mais importante? (Em oposição à clássica região sul dos nossos antiquados esquemas?) Porque ela é a que, desde logo, ofereça ao inimigo de ultramar as maiores vantagens. A queda de Salvador imobiliza o Brasil, porque põe nas mãos do inimigo todo o seu petróleo. Dá-lhe, de mão beijada, todo o Nordeste, porque comecemos, senão a tolice, pelo menos a extravagância de construir 1 ferrovia e 2 rodovias terminando em Salvador, de forma que a queda desta cidade isola o Nordeste, tanto mais quanto não existe a rodada Brasília—Fortaleza e nem a longitudinal Salvador—Oliveira dos Brejinhos—Taquatinga. Recorrer ao rio São Francisco, nem é bom pensar, devido à lentidão dêste meio de comunicação. Caído Salvador, ou seja, o punho do leque de estradas que se dirigem para o sul e para o norte, o inimigo procurará ganhar profundidade e alargar a brecha, mas nós não possuímos uma estrada por onde rocar fôrças e lançá-lo ao mar. A operação inimiga implica em superioridade naval e aérea face a Salvador e salienta a importância dessa base para a nossa esquadra. Dirão: mas por que o inimigo prefere a região 3 e não procura tomar, desde logo, a região 4 (Santos—Rio—Vitória) que cobre a parte mais importante do país e, assim, acabar logo a guerra? É fácil pensar nisso,

mas a guerra não se faz só com pensamentos e sim, também, com operações reais. É muito mais custoso tomar a região 4, bêlicamente preparada e face a um inimigo poderoso, do que apossar-se de Salvador, fazer cair de podre o Nordeste e o Norte e, em seguida, virar-se para o sul. Nenhum estrategista deve olvidar o efeito psicológico na guerra. A queda de grande parte do território pátrio terá um efeito demolidor sobre o resto. A cabeça de ponte de Salvador permitirá à Aviação e ao Exército inimigo saltarem sobre Belo Horizonte, chave da tomada de Vitória e Brasília, de um lado, e do Rio e São Paulo, de outro. Os teatros de operações cairiam nesta ordem: 3, 2 e 1, 4 e 5. Seria um desabar de castelo de cartas. Desçamos agora ao detalhe, examinando, ainda que superficialmente, a defesa de cada teatro de operações, e sempre considerando o inimigo provindo de ultramar.

Teatro 1: A defesa deste teatro é feita mais por via indireta, mantendo os teatros 2 e 3, do que propriamente por ação direta. A queda da embocadura do Amazonas poria nas mãos do inimigo toda a Amazônia. A colocação da reserva 1' deste teatro na região de Pôrto Franco, sobre a Belém—Brasília, atenderia à defesa seja de Belém, seja de São Luiz.

Teatro 2: O rio São Francisco poderia ser utilizado como posição defensiva para contrapor-se a quem, apoderando-se de Salvador, procurasse encaminhar-se para o Norte. A reserva 2' na região do grande nó de comunicações de Salgueiro. Deve assinalar-se que a SUDENE está gastando mais de 100 bilhões de cruzeiros nesta região que, aliás, está reagindo bem. Pernambuco é, hoje, o Estado de maior incremento do imposto de renda. A queda deste teatro deixaria em mãos do inimigo grandes riquezas: açúcar, algodão, óleos vegetais, fosfatos, sal, etc. Poria em suas mãos, igualmente, a chave do estreito Dakar-Natal, suprimindo todo o comércio internacional do Brasil.

Teatro 3: A defesa de Salvador é vital. Deve começar no ar e depois no mar (Salvador deve ser a base naval n. 1 do país.) Em terra, pode fazer-se do rio São Francisco a última posição de defesa em profundidade. Para contrapor-se ao alargamento da brecha, há muitos cursos d'água, tanto para o norte como para o sul. Reserva 3' em Oliveira dos Brejinhos (embora não haja aí nem rocadea nem longitudinal). A queda deste teatro daria ao inimigo todo o petróleo do Brasil.

Teatro 4: Já vimos que, escorado no efeito psicológico, é mais fácil investir este teatro atacando Belo Horizonte, vindo do norte, pelo ar e por terra, do que destruir as defesas costeiras e subir a serra do Mar. Belo Horizonte, punho de leque de estradas para São Paulo, Rio, Vitória e Brasília, é a chave da defesa deste teatro. Quem segurar Belo Horizonte, tem nas mãos a Capital do país e mais São Paulo, Rio e Vitória. Basta olhar um mapa para nos capacitarmos disto. Minas Gerais é, por assim dizer, na atualidade, o "heartland" do Brasil. Quem dominar militarmente Minas Gerais, domina o Brasil.

A sua posição geográfica central, o seu território montanhoso e o nó vital de comunicações de Belo Horizonte, de onde partem estradas para todos os quadrantes do Estado e do país, fazem das alterosas uma região de valor estratégico inestimável. Prova-o, embora pãlidamente, os recentes acontecimentos políticos, durante os quais a sublevação da tropa do grande Estado central arrastou as dos demais Estados. Militarmente falando, Brasília não passa de uma dependência de Minas Gerais. Por isso ousamos dizer que a tropa de confiança do governo federal deve estar em Minas Gerais. Pelo menos enquanto não se levar para o nóvo Distrito Federal um volume de tropas maior do que o atual. Já no nosso trabalho "Reflexões sôbre a mudança da Capital", batiamo-nos para que fôssem levados para lá os contingentes da futura reserva geral do país. Brasília precisa ter forte guarnição. Candangos mobilizados por pelegos e sindicatos comunizados puseram em xeque, várias vêzes, o Congresso Nacional. Pode supor-se que o Congresso não votou o "impeachment" do presidente deposto por não se sentir em segurança para tal. A insegurança em que se encontram os três Podêres da República, em Brasília, provocou, já mesmo depois da vitória da revolução, o reforço da guarnição da Capital do país com tropas providas de Anápolis e Goiânia. Solução apenas transitória. . . Voltando ao assunto que tínhamos em mira, a reserva 4' deve ser localizada em Belo Horizonte, portanto. A queda dêste teatro dará o país ao inimigo, no que tem de mais importante, e, de resto, acarretará a queda do teatro 5, pois é a base de operações dêste teatro.

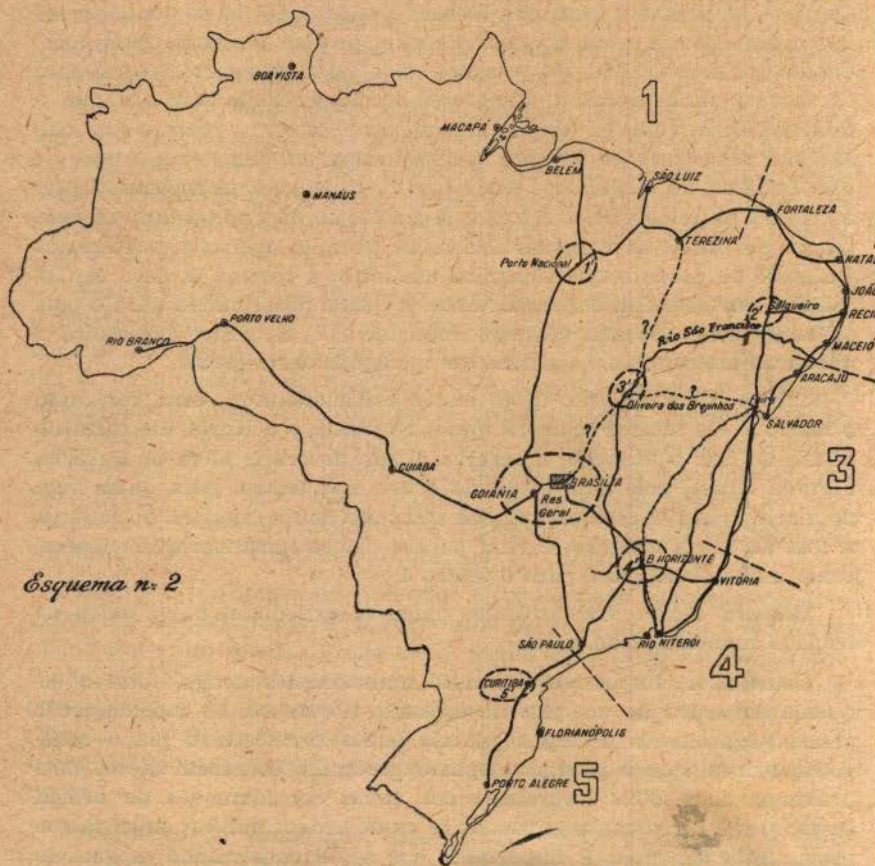
Teatro 5: A situação dêste teatro é insustentável, uma vez caído o teatro 4. Da mesma maneira que o Nordeste e o Norte, êle cairá de podre, ao cair o teatro 4. A reserva 5' não deverá ir além de Curitiba e Ponta Grossa, pois uma investida sôbre êste teatro, para quem vem do mar, colherá os melhores frutos atacando Santa Catarina ou Paraná. A ilha de Santa Catarina é vital para a defesa marítima dêste teatro, como a Ilha Grande o é para o teatro 4.

Reserva Geral: Em Brasília, onde se articulam, hoje, todos os troncos rodoviários do país.

Conclusão: Impossível delinear, num simples artigo, todo o esquema defensivo de um país da extensão do Brasil. As considerações acima surgiram-nos à mente quando vimos publicado o plano rodoviário federal que o governo deposto pretendia construir nestes dois próximos anos. Nêle levaram-se em conta considerações de ordem econômica e turística, desprezando-se as de ordem militar, cujas falhas procuramos salientar. É importante que se vá construindo as vias de comunicações que respondam ao dispositivo de defesa do país, pois é na paz que êle se prepara para a Guerra. Salvador está-se transformando num ponto chave artificial da defesa do país, por isso que, por nossas próprias mãos, estamos fazendo dela o punho de um leque de estradas. Precisamos arejar o plano rodoviário nacional, interiorizando mais as longitudinais norte-sul e, principalmente, construindo mais

roçadas leste-oeste. O esquema de defesa que apresentamos, face a um inimigo de ultramar, é apenas um dos planos de defesa do país. Outros planos poderão contemplar a guerra continental. Mas, naquele, o dispositivo das forças seria o seguinte:

- um Exército em Salvador
- um Exército em Recife
- um Exército em Belo Horizonte
- um Exército em Curitiba
- um Destacamento de Exército em Belém
- Reserva Geral, a base de forças motomecanizadas, em Brasília.



Cada teatro deve ser equipado, em forças de mar, terra e ar, com os efetivos necessários para sua defesa. Construir, desde logo, as rodovias e ferrovias indispensáveis. As bases navais de Belém, Recife, Salvador, Rio e Florianópolis devem ser elevadas ao seu máximo de eficiência. Uma aviação tática, à disposição de cada teatro e uma aviação estratégica, à disposição do alto comando, devem responder ao dispo-

sitivo militar pròpriamente. Não podemos encerrar êstes rabiscos sem fazer menção à necessidade de uma grande esquadra moderna para o Brasil. Ressalta das considerações acima feitas a imperiosidade da liberdade no mar, a fim de impedir que o inimigo escolha o ponto inicial do ataque. Dada a grande extensão do nosso litoral, só uma forte esquadra, complementada por aviação própria, ou com base em terra, conseguirá atingir êsse desiderato.

II

JUSTIÇA SOCIAL

Agora que saímos do túnel escuro, agora que se aclararam os horizontes da Pátria, é interessante que façamos, de cabeça fria, um exame de consciência sôbre certos assuntos da atualidade. Entre êstes sobrelêva em importância, senão pela fidelidade com que é lembrado, ao menos pela frequência com que é focalizado, o conceito de a justiça social. Nunca se deturpou tanto o sentido dêste conceito como em nosso país, nestes últimos tempos. Poderíamos dizer, parodiando Madame Roland, a propósito da liberdade: Oh! Justiça Social! Quantos crimes se praticam em teu nome em nosso Brasil! Como se usou e abusou da ingenuidade das massas explorando-lhes os sentimentos em nome da justiça social! Pode dizer-se que não havia discurso de político ou plataforma de candidato a cargos eletivos que não levantasse alto a bandeira das reivindicações sociais. Promessas e mais promessas eram feitas em nome de supostos anseios das massas populares, fôssem êles legítimos ou espúrios, e sem nunca atender para a sua viabilidade financeira, ou melhor, para as disponibilidades do tesouro público ou para a solvabilidade das emprêsas privadas. Desde que, com o advento da legislação social Getúlio Vargas, inventou-se, entre nós, o Estado patriarcal, a justiça social ganhou foros de cidade. Justiça social! Sem dúvida, os mais comezinhos princípios de humanidade exigem que se dê ao homem um mínimo de bem-estar compatível com a dignidade da pessoa humana. Principalmente que se cerque o trabalho do homem de condições e garantias que façam dêle não uma vítima da sociedade, mas um elemento propulsor dela. Tais aspirações se acham codificadas nas encíclicas papais como um evangelho de convivência social. Mas nem na "Rerum Novarum", nem na "Mater et Magistra" e nem na "Pacem in terris" encontramos nada que ab-rogue deveres ou super-sature o trabalhador de direitos. Ao contrário, se elas exigem da sociedade aquêle "minimum" de bem-estar, por outro lado exortam o trabalhador a cumprir a sua tarefa com honestidade. O verdadeiro sentido das encíclicas papais é a procura dêsse equilíbrio — a razão de ser, por assim dizer, das lutas sociais — entre os interêsses patronais e os das classes trabalhadoras. Entre nós, porém, a demagogia eleitoral desfigurou de tal forma o sentido da justiça social que ela se transformou, de fim que é, em meio escuso de obter vantagens ou posições

políticas. A legislação social que aí está reflete o espírito da justiça social, como a entendemos entre nós. É um acervo de concessões à custa do erário obtidas por caçadores de votos. É a mais adiantada do mundo, mas, como também é a mais demagógica, só existe "de jure", mas não de fato. Daí esse melancólico espetáculo de filas de candidatos frustrados aos serviços assistenciais dos institutos. Daí o ambiente sórdido em que, em multidão de oficinas, em todo o território nacional e até no próprio Estado da Guanabara, trabalham milhares de operários. E isso sem citar o ambiente de miséria e abandono em que vive o nosso rurícola, para o qual só agora, e para fins interesseiros, começaram a voltar-se as vistas dos nossos licurgos, através de reforma agrária de cunho nitidamente demagógico e comunizante, em boa hora derrogada pela revolução triunfante. Daí, ainda, as condições sub-humanas em que trabalham os mineiros de carvão de Santa Catarina, a ponto tal que técnicos americanos contratados para estudarem o melhor processo de mecanização das minas, declararam, em relatório final, que antes mesmo de indicarem qualquer processo, o aumento da produtividade, e por conseguinte, da produção, poderia ser conseguido com a simples providência de se melhorarem as condições de iluminação e aeração de tôdas as minas catarinenses. Aos pobres mineiros faltam-lhes luz e ar! E no entanto, lá há fiscais do Ministério do Trabalho e tôda uma luxuosa Delegacia do IAPI. Sim, porque a máquina da exploração da justiça social está exuberantemente montada. Sobram os polpudos empregos! Só num dos Institutos há 100 procuradores com ordenados nababescos. Em determinado hospital deles há 12 tesoureiros. E aqui chegamos ao ponto em que os interesses do indivíduo colidem com os da Nação, em sua ânsia de progredir. Isso porque, para pagar todo esse "trem da alegria social", há que onerar os custos da produção, o que arreda o Brasil da competição do comércio internacional, baseada essencialmente na lei da oferta e da procura. Saibam os leitores que nos honram com a sua atenção que os encargos sociais, na construção civil, para citar um exemplo, já sobem à fantástica porcentagem de 52,8% !!! Somos um país que se suicida, que comete haraquiris diários em detrimento de seu futuro. Somos um país que confunde justiça social com desenvolvimento econômico (melhor seria dito com interesses eleitorais), e por isso, estamos marcando passo. Somos país nôvo que deve trabalhar, e contudo amolecemos o trabalhador com concessões de tôda a espécie. Somos um país que coloca o carro da justiça social à frente dos bois e por isso não progride. Os bois, no caso, são o trabalho árduo e produtivo em ambiente de livre iniciativa. A Justiça Social, para o Estado, é, antes de tudo, a humanização do ambiente de trabalho. Sanear pântanos é fazer melhor justiça social que erguer hospitais. Atacar causas e não efeitos. Abrir escolas, onde se ensine, a par do a, b, c, noções de higiene, é abrir os olhos da alma e do corpo do homem para os perigos das doenças. Erguer escolas rurais técnico-profissionais é mais produtivo do que sindicalizar as massas camponesas. Diminuir impostos,

fixar preços mínimos justos para a produção agropecuária, abrir estradas, dar assistência creditícia e técnica ao lavrador, combater doenças infectocontagiosas por meio de vacinação em massa das populações, baixar, enfim, o índice de mortalidade, principalmente da mortalidade infantil, tudo isso dá mais bem-estar ao homem do que toda uma biblioteca de leis sociais. Porque então haverá aquelas condições básicas que desperta no homem livre o desejo de progredir. E o seu progresso acarreta o da Nação. A legislação social dos Estados Unidos da América é inferior à do Brasil. E, contudo, eles estão à frente de nós. Lá o cidadão, baseado num sistema de livre iniciativa e oportunidade para todos, constrói o seu futuro pelas suas próprias mãos. Lá ele recorre, não a órgãos estatais, mas a companhias de seguro particulares (emparelham-se com as maiores indústrias do país) para cercar sua vida e a da família de todas as garantias contra morte súbita, doença ou acidente. Lá não há farmácias, como as entendemos entre nós, regurgitando de fregueses. Lá todos são sadios porque as condições de salubridade do país são ótimas, porque os alimentos são baratos e abundantes, porque há trabalho bem remunerado para todos. Lá não há SAMDUS, expressão máxima do Estado-mãe brasileiro, em que o Estado socorre o indivíduo a domicílio. O papel do Estado é criar condições. Postas estas, o indivíduo se desenvolve por si. O trabalho do indivíduo gera o progresso econômico e, com este, e como subproduto dêle, o progresso social, ou melhor, a decantada justiça social. Esta frase faz-nos reportar às admiráveis conferências proferidas no Brasil, ao tempo do ditador Vargas, pelo famoso economista, professor Arthur E. Burns, a convite do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas. Tais conferências foram sepultadas no esquecimento, como o foi o relatório Klein e Sacks, e toda a valiosa coleção de estudos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Porque esses relatórios diziam verdades duras que, por motivos políticos, não convinha ao ditador divulgar. E, contudo, as conferências do Prof. Burns são uma Bíblia que deveria figurar à cabeceira de cada brasileiro, principalmente dos que têm a seu cargo a mínima parcela de responsabilidade pública. Para ele, não é possível progredir economicamente e, ao mesmo tempo, elevar o padrão de vida do povo por meio da redistribuição, no terreno social, dos resultados do progresso. São objetivos incompatíveis. Progresso exige reinversões e estas só se conseguem com a poupança. É a razão pela qual nós marcamos passo. Benefícios sociais são coisas decorrentes e não antecedentes do crescimento econômico. "É essencial — dizia ele — a adoção de um sistema de valores que atribua grande importância à parcimônia, ao trabalho difícil e às suas recompensas materiais". Em outras palavras, quando se está num estágio de desenvolvimento como o nosso, é preciso viver sóbriamente, renunciar à suntuosidade, à ostentação, aos gastos perdulários. É preciso trabalhar honestamente durante 8 ou mais horas e não esperar recompensas materiais senão em futuro distante, quando elas virão naturalmente, como coroamento ou prêmio à promoção do

país a um estágio superior de desenvolvimento. Ainda recentemente e já vitoriosa a revolução, disse o grande jornalista João Calmon: "devemos perder o amor às regalias, aos monopólios, ao luxo excessivo, à "dolce vita". Burns cita o caso do Japão como modelo de país pobre que aspira ao desenvolvimento econômico. Sem carvão e ferro e habitando minúsculo território, o povo japonês alçou-se, contudo, às culminâncias do poder. A sua expansão foi financiada, antes de tudo, pela poupança nacional, e pela sobriedade do povo. A poupança permitiu reunir capitais que foram bem investidos em empreendimentos de base. Trabalho árduo, sobriedade, talento organizador, espírito empreendedor e política de estímulo a longo prazo por parte do governo foram os ingredientes responsáveis pelo sucesso do desenvolvimento japonês. Os produtos nipônicos, pelo seu baixo preço, conquistaram o mundo. Já quanto a nós, brasileiros, quase todos os nossos produtos são gravosos. Produto gravoso significa produto invendável. E invendável principalmente porque, entre as parcelas de seu custo figura, com valor ponderável, os benefícios sociais. O Brasil paga, com o congelamento de todos os seus produtos, o luxo de possuir a legislação social mais avançada do mundo. O quadro da economia brasileira que se desenhava até há pouco é representado como se segue:

- produção diminuta e cara por força de legislação fiscal escorchante e social demagógica, entravada também pela intervenção estatal;
- consumo estimulado por constante alta de salários e por uma elevação artificial do "standard" de vida.

Resultados:

- balanço de pagamento deficitário;
- alijamento do comércio internacional;
- gravosos;
- inflação;
- afugentamento de capitais alienígenas;
- política de chapéu na mão (empréstimos).

É o que se pode delinear como uma política suicida.

Em conclusão, não somos advogados da extinção dos Institutos de Previdência Social e nem da derrogação da legislação social em vigor. O que fazemos é apenas chamar a atenção para os excessos que se praticam. Moralizar e não esbanjar. Mudar a mentalidade, arrancar a máscara dos tartufos exploradores das aspirações do povo. Retificar conceitos, encarando os problemas econômicos com realismo. Principalmente ater-se às conseqüências de concessões impensadas sobre os custos da produção, onde está o segredo do êxito. Não tomar a nuvem por Juno, colocando benefícios sociais antes de resultados econômicos,

o que é o mesmo que cortejar efeitos e desprezar causas. Um governo honesto que crie condições, papel precípua do Estado, faz mais pela justiça social que outro que se desmande em favoritismos inconseqüentes, em detrimento dos superiores interesses da Pátria. Cremos que o atual governo, formado por técnicos de alto gabarito e chefiado por um homem honrado e de larga visão há-de conduzir o povo brasileiro pelo bom caminho que leva à concretização dos ideais de paz e propriedade. Já o antevemos quando o Exmo. Sr. Marechal Castello Branco disse, em seu discurso de posse: "Não creio em desenvolvimento à sombra da orgia inflacionária".

III

DIVERSOS

Respinguemos, agora, diversos assuntos. Voltemos ao tema da interiorização das Capitais estaduais, ferido no nosso trabalho "Reflexões sobre a mudança da Capital", publicado no número correspondente ao 2º semestre de 1960, da "Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil". Ali dizíamos que as razões que levaram o país a transferir a sua Capital para o planalto central são as mesmas que militam em favor da interiorização de muitas das Capitais dos Estados marítimos, a saber, excentricidade, insegurança, alheamento dos problemas do interior, etc. Citávamos o exemplo de Florianópolis que, apesar de situada em ilha, e ligada ao continente por monumental ponte pênsil, não possui comunicações com o interior senão por estradas secundárias. Afirmávamos que a localização das Capitais estaduais na costa provoca uma distorção no sistema de rodovias destinado a pôr a Capital em comunicação com os mais longínquos pontos do Estado. Concluímos chamando a atenção para as dificuldades que teria de vencer quem, por exemplo, residindo em Itapiranga, ou Dionísio Cerqueira, no extremo oeste catarinense, precisasse ir a Florianópolis. Pois bem. Em fins de 1963, o Sr. Celso Ramos, governador de Santa Catarina, tendo em vista atender às necessidades do Oeste catarinense, situado a grande distância de Florianópolis, criou, com sede no Município de Chapecó, a "Secretaria de Estado dos Negócios do Oeste". A notícia a respeito declarava que o caso era inédito no país. Inédito e só vem confirmar a nossa tese sobre a necessidade da interiorização das Capitais estaduais. A solução é mudar a Capital para ponto geográficamente central e não criar uma Secretaria em local que, se facilita as comunicações para os contribuintes, dificulta-as para o governo do Estado. Basta deitar um olhar para o mapa e verificar que Chapecó situa-se em pleno sertão oeste catarinense, com precárias ligações com Florianópolis.

Assim que a Capital do país foi mudada para Brasília, escrevemos sôbre a necessidade da fusão do antigo Distrito Federal com o Estado do Rio. Tal fusão não se verificou. Estamos agora assistindo, quase que diariamente, ao pronunciamento de abalizadas autoridades sôbre a conveniência dessa fusão, que é um imperativo não da política, mas da economia dos dois Estados interessados. Essa união dar-se-á, mais cedo ou mais tarde, porque os interesses da indústria, da agropecuária e do comércio falam mais alto que simples interesses eleitorais egoístas. Basta citar que o Rio é o grande consumidor do Estado do Rio, além de ser o pôrto de grande parte do seu território. Em troca, o Rio abastece o seu vizinho de produtos industriais. Questões de tóda ordem, tais como **transportes** para a ligação entre o Rio e as cidades-dormitórios, ou sejam, as situadas nos Municípios da Baixada Fluminense, **água** tanto para o Rio como para os municípios fluminenses vizinhos, **polícia**, tendo em vista ação conjunta contra criminosos que agem nos dois Estados, **abastecimento** para o Rio, principalmente de produtos hortigranjeiros, quase todos provenientes do Estado do Rio, **barreiras**, tendo em vista eliminar empecilhos ao livre trânsito entre os dois Estados, **rodovias**, tendo por escopo harmonizar traçados comuns, etc., vêm sendo discutidas em comum, últimamente, pelos próprios governadores dos dois Estados, e de tal sorte, que vêm surpreendendo os observadores políticos tanto da antiga Capital como da província fluminense. Diversos convênios têm sido firmados pelos dois governos, de caráter administrativo, e que nada mais são do que antecipação da fusão política. Ainda recentemente o brilhante jornalista Théophilo de Andrade escreveu que, por ocasião da mudança da Capital, preconizou a união da Guanabara com o Estado do Rio, a fim de formarem uma grande unidade econômica e política que tivesse, na Federação, influência comparável à de São Paulo, Minas ou Rio Grande do Sul. O caminho para a concretização da fusão é o plebiscito, isto é, a consulta às populações e, quanto a isso, já há até uma iniciativa do Deputado estadual guanabarinense Paulo Duque. Tendo em vista que a união é permitida pela Constituição Federal, através do seu art. 2º, solicitou êle ao IBGE um estudo de "natureza geográfica, econômica, financeira e cartográfica" sôbre a fusão dos Estados do Rio e da Guanabara. De posse desse trabalho, e depois de receber o estudo da matéria sob o ângulo jurídico, solicitado do Sr. Prado Kelly, vai o Deputado Paulo Duque entrar em entendimento com líderes partidários nas Assembléias Legislativas dos dois Estados no sentido de promover o plebiscito.

Como vemos, a questão ganha impulso e há de consultar os interesses comuns da população de importante região do país, indiscutivelmente caracterizada como unidade geográfica e econômica e, como tal, indivisível.

X X X

Em nosso trabalho "Reflexões sobre a mudança da Capital", declaramos que o Estado de Minas Gerais está destinado a subrepujar São Paulo e que suas montanhas de ferro garantem-lhe grandioso futuro siderúrgico. Depois disso, inaugurou-se a Usina Intendente Câmara, em Ipatinga, e agora, a estrada BR-49, constante do Plano Rodoviário Nacional, encurtando de 100 quilômetros a distância entre o Nordeste e São Paulo, está concorrendo para levar Ipatinga e a região do vale do rio Doce a ocuparem a posição de maior núcleo siderúrgico da América Latina, já que os transforma em centro de convergência dos mais importantes troncos rodoviários do país. Trata-se da estrada que ligará Governador Valadares a Belo Horizonte, para cuja pavimentação foi requerido um destaque de 5 bilhões de cruzeiros pela Câmara dos Deputados. Em Governador Valadares, a BR-4 (Rio—Bahia) cruza com a BR-55 e por essa cidade passa também a E. F. do Vale do Rio Doce. O Vale do Rio Doce vai, assim, transformando-se no centro nevrálgico da siderurgia brasileira e a Usina Intendente Câmara vai cada vez mais preenchendo o seu grandioso papel. Ela já está abastecendo de chapas grossas os centros consumidores de seis Estados (São Paulo, Guanabara, Minas, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Paraná), tendo sido, por isso, suspensa a importação de chapas para a indústria de construção naval e para a Petrobrás. Só a suspensão das importações para a Petrobrás resultaram numa economia de 3 milhões de dólares e a proveniente do fornecimento dos subprodutos do carvão em 2 milhões.

X X X

Longe de nós a idéia de sermos contra a SUDENE, porque ser contra ela é ser contra os interesses de nossos irmãos nordestinos. Somos, porém, isso sim, contra a forma pela qual se está procurando resolver os problemas daquela região setentrional do país. Vemos na SUDENE um perigo para a Federação. Em artigo para o "O Jornal", quando da instalação daquele órgão, escrevemos que a SUDENE é a expressão máxima da autonomia funcional, entre nós, pois é um organismo macrocéfalo que, pelo seu orçamento quinquenal de quase 100

bilhões, pelas suas autônomas e variadas atribuições e pela soma de poderes que confere ao seu Diretor, assistido por numeroso corpo de assessôres e funcionários, correspondem a um Estado dentro do Estado. É um verdadeiro govêrno federal descentralizado para o Nordeste, o que representa um perigo para a unidade nacional. Não sabemos se pela audácia do tema ou por motivos políticos de fôro íntimo do jornal, o fato é que o artigo não foi publicado. Muito bem. Lemos recentemente na imprensa que o Conselheiro Humberto Bastos levantou no Conselho Nacional de Economia o problema da "desagregação" nacional através de fôrças regionais não enquadradas em plano nacional de conjunto. Nesse estudo, o Sr. Humberto Bastos dá a SUDENE como um superministério com capacidade para traçar linhas políticas próprias e com possibilidades até de contrariar Brasília. Bate-se pela unidade nacional, julgando que esta fôrça (a SUDENE) pode contribuir para desmembrar a unidade de comando no Brasil. Vemos, portanto, ainda que tardiamente, que outros também divisaram os perigos decorrentes da autonomia da SUDENE. O perigo maior reside no precedente. Outras repúblicas autárquicas poderão surgir no Sul e no Oeste, só recebendo de Brasília o dinheiro para funcionar. É preciso atentar para o fato de que a febre de desenvolvimento cria, em vários Estados, novas fôrças que poderão suscitar o perigo do desmembramento econômico do país e finalmente a sua própria secessão.

A DEFESA NACIONAL é a **sua** Revista de estudos e debates profissionais. É a **sua** **tribuna**. MANDE-NOS SUAS COLABORAÇÕES!